

O povoado fortificado pré-histórico de Leceia (Oeiras), exemplo de desenvolvimento não sustentado na Estremadura no III milénio a.C.

João Luís Cardoso *

Resumo

As investigações relativas ao Calcolítico da Baixa Estremadura, abaixo da latitude de Torres Vedras e até ao estuário do Sado, conduziram a uma grande quantidade de elementos, relativos tanto a povoados como a necrópoles. Porém, a ausência de programa que proporcionasse o tratamento metódico e integrado desta tão dispersa quanto heteróclita informação, impediu a demonstração cabal da forte identidade e originalidade cultural da Estremadura no decurso do Calcolítico.

Neste contexto, avultam os resultados obtidos pelo Autor no povoado fortificado de Leceia (Oeiras), um dos mais notáveis dos até agora reconhecidos no País, no qual foram até ao presente (1999) realizadas dezasseis campanhas de escavações (1983-1998). Ali, foi pela primeira vez possível, o estabelecimento de limites cronológicos entre as três fases culturais identificadas, com expressão artefactual e estratigráfica, mercê da realização de 36 análises radiocarbónicas, a saber: Neolítico Final; Calcolítico Inicial; e Calcolítico Pleno. Por outro lado, a informação recolhida prestava-se particularmente à discussão da emergência e afirmação do "fenómeno" campaniforme na região, no concerner tanto à época em que aquele se verificou, como quanto às condições económicas e sociais que o pautou.

O declínio generalizado dos povoados fortificados estremenhos no fim do Calcolítico foi acompanhado pela dispersão das respectivas comunidades ou das que delas descenderam por toda a região da Baixa Estremadura, sob a forma de pequenas granjas ou povoados abertos de base familiar. Ali se continuaram a desenvolver intensas actividades agro-pecuárias, incluindo a bovini-

* Academia Portuguesa da História, Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.

cultura e a ceramicultura, actividades que requeriam a ocupação permanente dos respectivos territórios e um grau de especialização tão elevado quanto o anteriormente atingido, ao contrário do que poderia sugerir uma interpretação mais superficial da realidade arqueológica. Com efeito, a intensificação da produção, que caracterizou todo o terceiro milénio a.C. na Estremadura, encontra-se expressivamente registada pela presença, pela primeira vez comprovada, de produtos de difusão supra regional: trata-se do chamado “pacote” campaniforme, cujos componentes se encontram tão bem representados em Leceia.

Abstract

Research into Chalcolithic period in the region of Lower Estremadura, below the latitude of Torres Vedras, Western Portugal, has led to an abundance of data from fortified sites and necropoli. The absence hitherto of the proper analysis of this disperse and heterogenous information has hindered the strong cultural identification of this region during the Chalcolithic.

In this context, the results obtained by the Author in one of the most notable sites of the region, the fortified settlement of Leceia (Oeiras), assume particular interest. Sixteen excavation campaigns carried out since 1983 have given rise to a remarkable body of information. Of major importance for this discussion are the chronometric results obtained in Leceia. For the first time, 36 radiocarbon dates and their subsequent statistical treatment have allowed us to establish absolute boundaries for the existing successive cultural phases, that is, for the Late Neolithic, the Early and the Middle Chalcolithic.

The decline of these fortified settlements at the end of the Chalcolithic, where several communities were gathered, was accompanied by their spreading throughout all the surrounding territories, in small “habitats”, based upon agricultural and farming practices. In fact, land uses were nor interrupted the supra-regional circulation of standardised products became common: is the so-called bell-beaker “package”, very well represented in Leceia.

As relações mantidas entre uma determinada comunidade humana pré-histórica e o respectivo território onde se encontrava instalada foram condicionadas, por um lado, pelo seu próprio estágio de desenvolvimento, ao qual correspondiam necessidades específicas, e, por outro, pela existência de recursos real ou potencialmente disponíveis no espaço envolvente, susceptíveis de exploração.



Os testemunhos arqueológicos são os únicos elementos materiais de que nos podemos socorrer para a caracterização, ainda que forçosamente incompleta, da relação vital assim estabelecida entre o Homem e o meio natural de cuja exploração dependia o sucesso da própria comunidade.

No concelho de Oeiras avultam, nesta perspectiva, os resultados obtidos no povoado pré-histórico de Leceia, correspondentes a registo arqueológico de largo espectro e duração, visto corresponder a local de ocupação estável e permanente por parte de sucessivas comunidades durante mais de mil anos (fig.1). Com efeito, tais resultados, obtidos graças às escavações que, de forma ininterrupta, ali se desenvolvem anualmente, desde 1983 (Cardoso, 1989; 1994; 1997), abrangem período entre inícios da segunda metade do IV milénio a.C. e finais do milénio seguinte (Cardoso e Soares, 1990-92; 1996; Soares e Cardoso, 1995). Foi

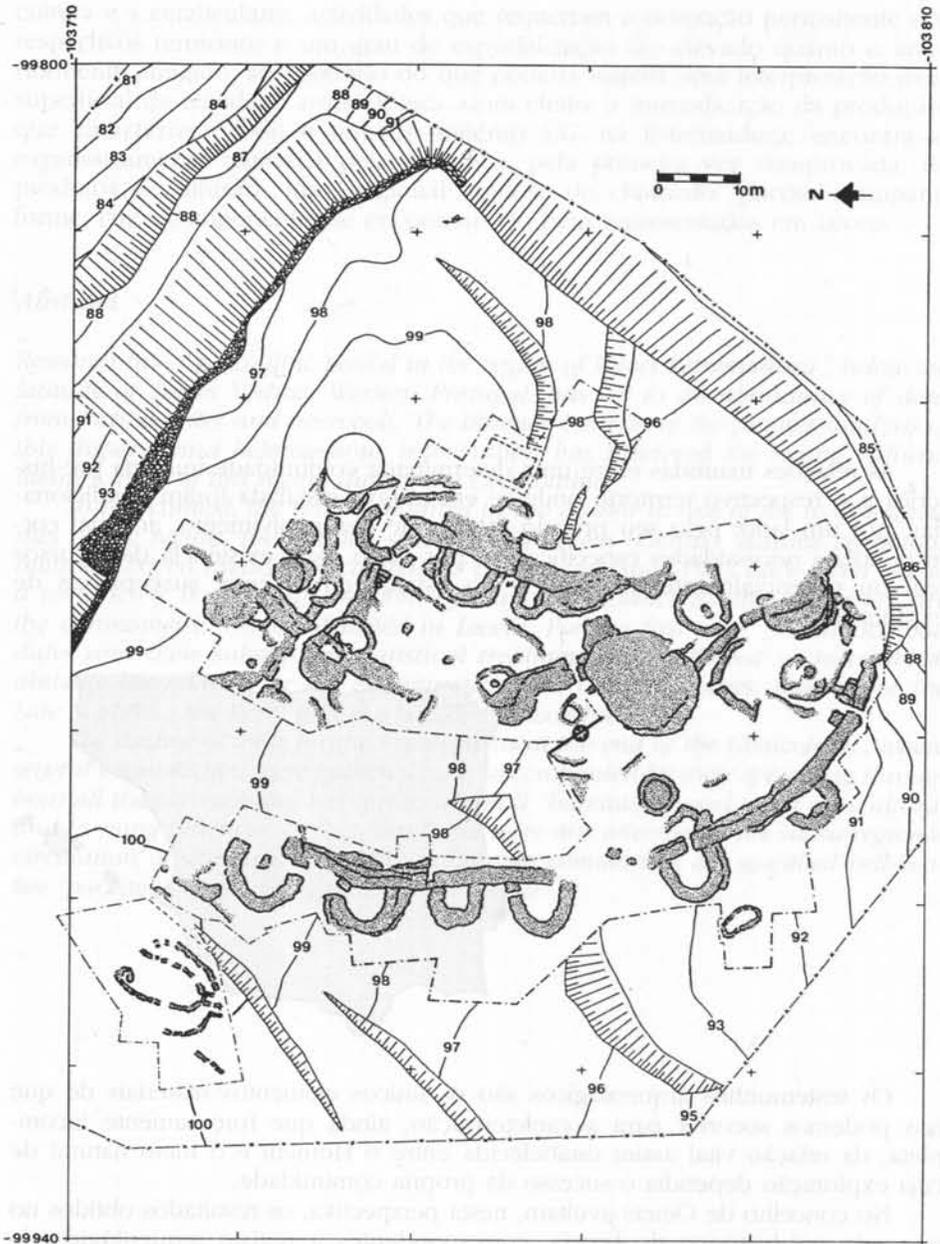


Fig. 1 – Planta simplificada do povoado pré-histórico de Leceia, com indicação (estrela) da localização do corte estratigráfico da Fig. 3, no interior da área escavada.

assim possível isolar diversas fases culturais, com base na estratigrafia (fig. 2) e no respectivo conteúdo artefactual, particularmente ao nível das cerâmicas decoradas (fig. 3), a saber: Fase I – Neolítico Final; Fase II – Calcolítico Inicial; Fase III – Calcolítico Pleno e Campaniforme.

Os primeiros testemunhos arqueológicos recuperados em estrato basal, assente nos calcários duros cretácicos que então afloravam no amplo esporão rochoso debruçado sobre o vale da ribeira de Barcarena, que dominava do alto da sua encosta esquerda, correspondem a comunidade já numerosa. A sua economia, de base agro-pastoril, é revelada por artefactos líticos directamente relacionados com o cultivo de pequenos talhões agrícolas (é o caso de sachos, elementos de sílex para foices, mós de arenito), a exploração silvícola e o desbaste de manchas florestais, assim transformadas em pastagens (como indica a abundância de machados). Com efeito, os recursos naturais disponíveis no território adjacente eram objecto de exploração já organizada e diversificada, que se aperfeiçoa no decurso do Calcolítico.

O mesmo se verifica com a produção de alimentos de origem vegetal, que era complementada pela caça do veado, do javali e do auroque (excepcionalmente do urso e do lince), cujos restos foram, embora em percentagens muito diversas, identificados na estação. A sua presença configura a existência de bosques de folhosas propícios à presença de veados e javalis, os quais pontuavam espaços abertos: manadas de auroques e de cavalos selvagens encontrariam, nos amplos e pouco acidentados relevos basálticos da área envolvente, atapetados de gramíneas e abundantes de água, condições adequadas de subsistência. Procedia-se, ainda, à recolção de moluscos no litoral adjacente, cerca de 4 km a jusante do povoado, facilmente acessível pela ribeira de Barcarena, então mais caudalosa devido às características climáticas de maior humidade então prevalentes e, sobretudo, por se apresentar menos assoreada junto à foz. As espécies de moluscos encontradas em Leceia, denotam a exploração de biótopos litorais diferentes, não sendo, porém, necessário percorrer mais de 5 km para se obterem todas as espécies identificadas na camada mais antiga, do Neolítico Final (Cardoso, Soares e Silva, 1996). A própria confluência da ribeira de Barcarena com o grande estuário do Tejo formaria então pequena enseada cujos fundos, postos a descoberto na maré baixa, forneceriam ostras, berbigão e amêijoas, enquanto que lapas, mexilhões e vieiras provinham do litoral rochoso ou arenoso adjacente, da zona intertidal ou já infralitoral (caso da vieira). Também a pesca, com anzol, ou com rede se encontra documentada, efectuando-se a partir da praia ou em pequenos barcos (Cardoso, 1996a). Identificaram-se restos de pargo e de dourada (Antunes e Cardoso, 1995), compatíveis com os anzóis de cobre e os pesos de pedra encontrados já em níveis calcolíticos. Enfim, a captura e consumo de aves encontra-se ilustrada por numerosas espécies selvagens identificadas (Gourichon e Cardoso, 1995) – a perdiz vermelha, o pombo bravo, o corvo, o grou, o fulmar, uma grande rapina, o ganso patola – e eventualmente domésticas (o galo), cuja confirmação faria dos restos de Leceia os mais antigos em contexto peninsular, a par dos encontrados no povoado do Zambujal (Driesch e Boessneck, 1976). Entre todas, avulta, pela abundância, o ganso-patola, ave de arribação hoje sobretudo confinada a domínios litorais mais setentrionais (Escócia, Noruega, Islândia), seja devido à pressão humana, seja em consequência de alterações climáticas globais, ligadas a perturbações das correntes oceânicas (Cardoso, 1997).

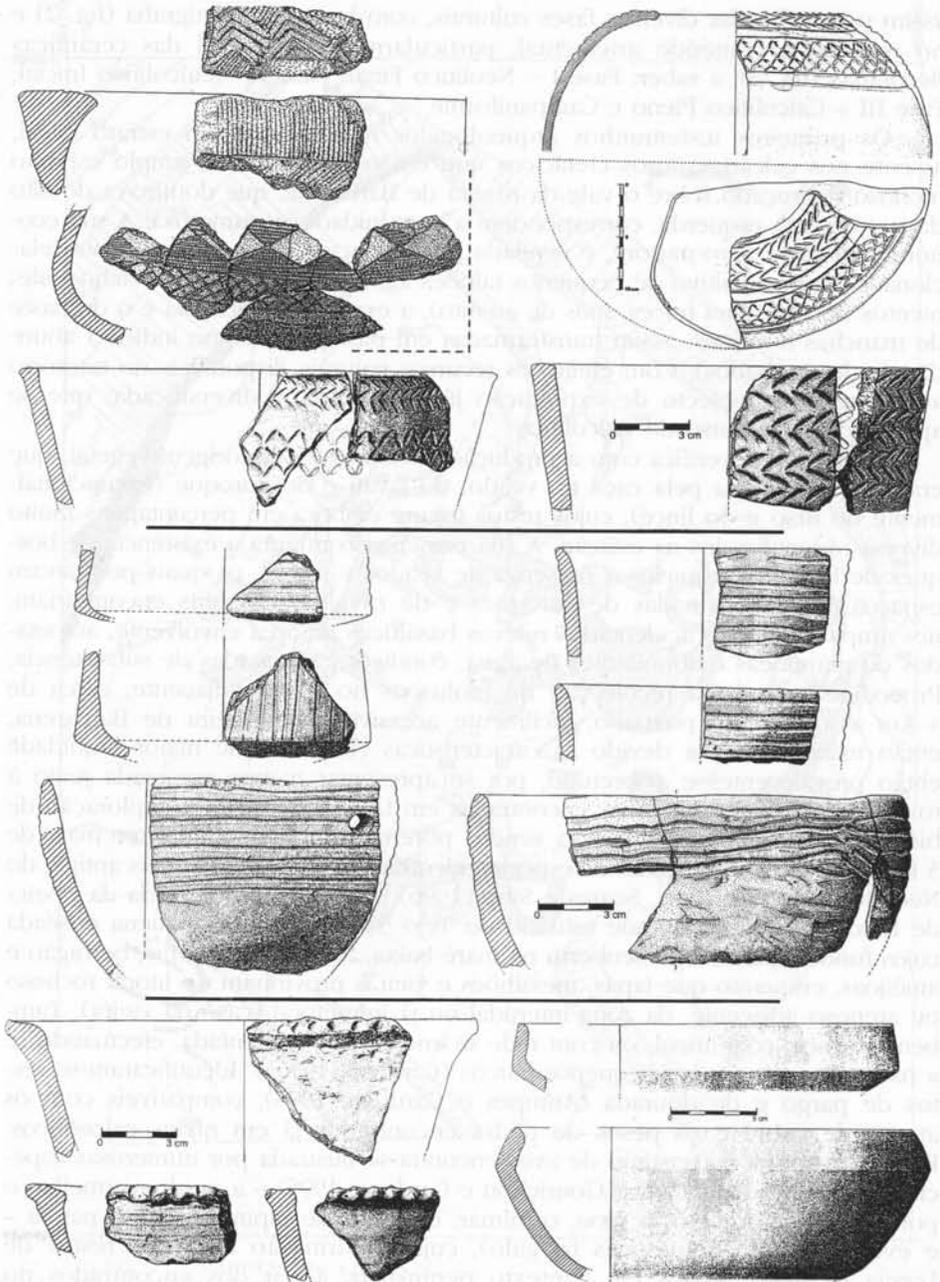


Fig. 2 – Fases culturais identificadas em Leceia, com expressão estratigráfica, a partir da tipologia das cerâmicas encontradas. Em baixo – Fase I, Neolítico Final (vasos de bordo denteado, taças carenadas lisas). Ao centro – Fase II, Calcolítico Inicial (taças e copos com decorações caneladas). Em cima – Calcolítico Pleno/Final (recipientes com decorações em “folha de acácia” e em “crucifera” e cerâmicas campaniformes).

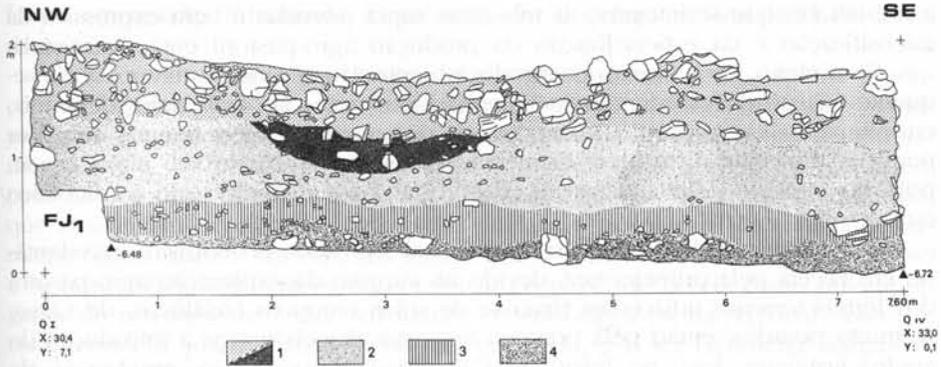


Fig. 3 – Corte estratigráfico realizado no interior da área escavada, entre as duas primeiras linhas defensivas. Legenda: 1 – Camada 2, do Calcolítico Pleno, constituída essencialmente por blocos embalados em matriz terrosa acastanhada, com sectionamento de lareira na base; 2 – Camada 3, do Calcolítico Inicial, constituída sobretudo por depósito argiloso amarelado; 3 – Camada 4, do Neolítico Final, correspondente a depósito argilo-terroso avermelhado; 4 – “terra rossa” do substrato geológico.

Por outro lado, desde o Neolítico Final que abundavam todos os animais domésticos que actualmente constituem a nossa base alimentar de proteínas: rebanhos de ovinos e caprinos; varas de suínos; e manadas bovinas dispersavam-se pelos pastos envolventes do núcleo habitado. Os bovinos domésticos seriam mesmo já aproveitados como animais de tracção, em arados e carros, constituindo um dos elementos mais expressivos da chamada “Revolução dos Produtos Secundários”, cujos primeiros indícios, em Leceia – correspondentes à abundância dos seus próprios restos – podemos seguramente situar no Neolítico Final.

Entre a primeira ocupação da plataforma rochosa de Leceia e a seguinte, logo do início do Calcolítico Inicial e datada c. 2800 anos a. C., mediou intervalo de algumas dezenas de anos, como se conclui pelo estudo estatístico das datas de radiocarbono disponíveis (Soares e Cardoso, 1995; Cardoso e Soares, 1996). As características da economia agro-pastoril parecem reforçar-se: tal conclusão é ilustrada por três lajeados de planta circular (Cardoso, 1994, fig. 15; 1997, p. 44), considerados como embasamentos de eiras para o trabalho dos cereais ou a secagem de leguminosas como a fava, cuja presença incarbonizada em Vila Nova de São Pedro, Azambuja, onde foi recolhida por A. do Paço (Paço e Arthur, 1953) requereu prévia secagem ao sol. Em 1998 escavou-se uma estrutura especializada na farinhação: trata-se de recinto definido por embasamento de pequenos blocos irregulares, de planta sub-circular irregular, cujas paredes e tecto seriam constituídos por ramagens. No seu interior recolheram-se diversos dormentes e moventes de mós manuais, indicando a existência de dispositivos que, podendo funcionar em simultâneo, mais reforçam a importância da produção cerealífera com a qual directamente se relacionam. A integração deste unidade na Fase IV construtiva, pertencente ao final do Calcolítico Inicial,

a mesma em que se integram as três eiras supra referidas é bem expressiva da intensificação e da especialização da produção agro-pastoril então verificada.

Com efeito, no aumento da produção, entrevê-se, a breve trecho, a consequente criação de excedentes que careciam de protecção, pois deles dependia, em última análise, a própria sobrevivência da comunidade em tempos de maior penúria alimentar. Estruturas especializadas como as referidas, explicam-se, pois, no contexto de intensificação económica que caracteriza todo o Calcolítico estremenho.

A necessidade de proteger o referido sobreproduto económico, excedentário em Leceia pela primeira vez, devido ao sucesso da exploração agro-pastoril dos férteis terrenos adjacentes (trata-se de solos crómicos basálticos, de Classe A, muito pesados, então pela primeira vez agricultáveis graças à introdução do arado) justificou, logo no início do Calcolítico, a construção, em Leceia, de imponente e complexo dispositivo defensivo. Na sua execução, por certo durante dilatado período de tempo, entrevê-se comunidade que se permitiu dispensar das actividades produtivas pelo menos parte do seu segmento mais activo. Consequentemente, a edificação da fortificação, determinada pela necessidade de protecção dos bens aludidos, apenas foi possível pela sua própria existência.

Ainda que de finalidade eminentemente defensiva, nela não custa entrever a exteriorização do sucesso de toda uma comunidade, servindo como marco notável na paisagem, em vez de nela se dissimular e, ao mesmo tempo, como elemento dissuasor de qualquer grupo rival que se aventurasse ao seu assalto. Enfim, ali se reviam todos aqueles que, directa ou indirectamente para ela tivessem contribuído, constituindo, deste modo, elemento unificador e agregador da respectiva comunidade. De facto, o segmento populacional mais numeroso e menos diferenciado socialmente seria obrigado a viver extramuros, situação não apenas sugerida pela desproporção entre a imponência das estruturas defensivas face à exiguidade da área protegida: na encosta adjacente do vale de Barca-rena, detectaram-se fundos de cabana ainda não explorados.

Deste modo, a crescente complexificação social, que acompanhou o processo de intensificação económico, exprimir-se-ia a vários níveis, a começar pelas características do próprio dispositivo defensivo: a coerência de todos os elementos que o constituem, organizados em três circuitos de muralhas estreitamente articuladas, revela concepção prévia, talvez por “elite” que sabia exactamente o que fazer e como fazer, à qual competiria ainda coordenação do trabalho de todos aqueles que se ocuparam da sua construção. A perfeita articulação dos próprios rearranjos, restauros e acrescentos que tal dispositivo conheceu ulteriormente, ao longo da sua vida útil, mostra que a sua execução foi também metodicamente levada à prática, respeitando também plano previamente delineado.

Tal situação reflecte-se ainda na própria organização do espaço defendido, cujas características proto-urbanas, só por si, chegariam para evidenciar a complexificação da sociedade calcolítica da Baixa Estremadura. Pode dizer-se que os habitantes de Leceia viviam em constante sobressalto, como se conclui pelos aludidos e sucessivos reforços, restauros e modificações introduzidas no dispositivo defensivo, os quais têm, na panóplia lítica de índole bélica existente na época (pontas de seta, punhais, balas de funda, machados) confirmação material indiscutível. Mesmo estruturas não habitadas, como as eiras atrás referidas,

foram construídas intramuros, facto revelador do clima de instabilidade social da época.

Deste modo, o grande aglomerado humano que era Leceia, captaria produções e recursos de toda a região envolvente, explorada metodicamente, cujos produtos eram depois transportados para transformação final e consumo intramuros. Além dos cereais, um outro desses produtos era o sílex, explorado em pelo menos duas minas a céu aberto, ambas a menos de 1 km de distância, que abasteciam o povoado, através de núcleos e lascas em bruto ali, ulteriormente transformadas em variados instrumentos (Cardoso e Costa, 1992; Cardoso e Norton, 1998). Tais testemunhos reforçam o papel de Leceia como pólo agregador do povoamento e das actividades económicas à escala regional. Assim se compreende a sua implantação no terreno, onde, por ser facilmente identificável, constituiria também expressiva exteriorização do sucesso da comunidade que nele se revia; assim sendo, era implicitamente também um símbolo, sem que deixasse de possuir carácter eminentemente funcional, como imponente fortificação que era.

Um dos aspectos em que aquele poderio económico mais se evidencia é na presença de matérias-primas exógenas, obtidas por permuta de excedentes da produção agro-pastoril ou da exploração do sílex. Neste contexto, avulta o abastecimento em rochas duras, do grupo dos anfiboloxistos, indispensáveis ao quotidiano das populações ali sediadas. Com efeito, em Leceia, cerca de 70% dos artefactos de pedra polida são feitos de tais rochas, cujos afloramentos mais próximos se localizam na área de Montemor-o-Novo, a mais de 100 km de distância em linha recta. Deste modo, configura-se a existência de vias comerciais intensas, estáveis e permanentes, desde as pedreiras, onde eram obtidos verdadeiros lingotes líticos, até aos povoados da Estremadura, onde se procedia à sua transformação, em diversos artefactos, de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade. Esta realidade paleoeconómica constitui sem dúvida um dos exemplos mais interessantes de abastecimento de matérias-primas a longa distância e em larga escala de toda a Pré-história europeia (Cardoso e Carvalhosa, 1995; Lillios, 1997). Por outro lado, o estudo da distribuição dos diversos tipos petrográficos utilizados na confecção de artefactos de pedra polida (machados, enxós, sachos, escopros, etc.) recolhidos ao longo da sequência estratigráfica, revelou uma presença crescente de rochas anfibolíticas, do Neolítico Final ao Calcolítico Pleno, em detrimento das rochas duras de origem local ou regional, de menor qualidade, facto que sugere melhorias na organização logística no seu aprovisionamento, a qual passa, forçosamente, pelo reforço da capacidade aquisitiva dos respectivos habitantes.

O cobre é outro produto exógeno cuja origem mais provável se situa no Baixo Alentejo: as minas mais próximas são as do Cercal. Com efeito, as escasas ocorrências cupríferas registadas na Estremadura (malaquite na região de Óbidos) estariam longe de assegurar todas as necessidades da época.

Em Leceia, o aparecimento do cobre – acompanhado de rápida generalização – verifica-se apenas no Calcolítico Pleno, altura em que todo o dispositivo defensivo se encontrava já em franco declínio, o que demonstra a ausência de conexão entre as duas realidades – a metalurgia do cobre e a existência da fortificação – relação tão valorizada pelas doutrinas difusionistas de décadas passadas, que pretendiam ver em tais fortalezas a presença de colonos oriundos do

Mediterrâneo Oriental, que ao litoral estremenho teriam aportado, em busca daquele então precioso metal.

O aprovisionamento do cobre fez-se em moldes idênticos ao das rochas anfibolíticas: o minério seria transformado em pequenos lingotes, à boca da mina, depois exportados para os povoados, onde seriam aproveitados para pequenos artefactos (sovelas, agulhas, furadores), cujas funções os seus equivalentes líticos ou ósseos desempenhariam de modo menos satisfatório. Recolheram-se vários desses lingotes em Leceia; o respectivo estudo metalográfico revelou terem sido produzidos a partir do cobre nativo, então disponível à superfície ou a pouca profundidade dos “chapéus de ferro” que pontuam a faixa piritosa ibérica (Cardoso e Fernandes, 1995; Cardoso e Guerra, 1997/1998), além dos numerosos filões de quartzo com mineralizações cupríferas, também ali existentes.

Em Leceia, a presença de metalurgia do cobre apenas no Calcolítico Pleno, além de demonstrar que a “Revolução dos Produtos Secundários” estava então ainda em plena afirmação, tal como em outras regiões do País (Gonçalves, 1991), vem reforçar, com mais um argumento, o crescente poder aquisitivo daquela comunidade. Esta e outras inovações tecnológicas, como as relativas à especialização e diversificação da produção agro-pecuária, exemplificadas pelas produções de lacticínios, documentadas por fragmentos de cinchos de barro, que em Leceia só surgem no registo arqueológico no Calcolítico Pleno (Cardoso, 1997), ilustram o sucesso do modelo de desenvolvimento adoptado.

Como compatibilizar, então, a aludida riqueza material destas populações, justamente as mesmas para as quais a fortificação, erigida para defesa desses mesmos bens, pelas suas antecessoras do Calcolítico Inicial, já não faria sentido?

Creemos que a explicação poderá ser procurada no próprio modelo de desenvolvimento adoptado. Com efeito, o provável aumento do número de habitantes, para valores nunca antes atingidos, em consequência directa de maiores níveis de produção, viabilizados pelas referidas melhorias tecnológicas, teria obrigado à procura de territórios para exploração agro-pastoril necessariamente maiores, mas também cada vez mais afastados dos principais núcleos habitados, como Leceia. Em consequência, as produtividades que deles se poderiam esperar seriam prejudicadas pela distância.

Da competição generalizada então verificada pela posse das terras necessárias ao sustento de uma população em rápido crescimento, resultou o estado de tensão social permanente que caracterizou quase todo o III milénio a.C. na Estremadura, expressivamente ilustrado por imponentes fortificações como a de Leceia. Aqui, poderá mesmo encontrar-se registada, pela primeira vez, uma dessas situações de conflito, ocorrida já no Calcolítico Pleno: em estrutura de acumulação de detritos domésticos, talvez correspondente a silo entretanto desactivado, recolheram-se diversos restos humanos, muito incompletos. O respectivo estudo antropológico revelou, pelo menos, a presença de três indivíduos, todos adultos e do sexo masculino (Cardoso, Cunha e Aguiar, 1991). Tais resultados, conjugados com as condições de jazida, corroboram a hipótese de estarmos perante despojos de um bando de atacantes que, depois de dizimados, não teriam merecido sepultura, ao contrário dos habitantes do povoado, tumulados extramuros em sepulcros colectivos.

Em consequência de tal clima social, dominado pela guerra endémica, os territórios explorados por cada um destes núcleos fortificados, tornaram-se pro-

gressivamente insuficientes para prover às necessidades de uma população em permanente crescimento: estima-se em cerca de 200 habitantes os que provavelmente se abrigariam em Leceia, no apogeu do povoado, verificado no Calcolítico Inicial, tendo em conta uma área construída de cerca de 10.000 m² (Cardoso, 1994).

A breve trecho, a comunidade ficou confinada aos terrenos mais próximos e acessíveis, levados, assim, ao limite das suas capacidades produtivas, considerando o potencial técnico então disponível: o recurso à caça, à pesca e à recollecção no litoral adjacente, a cerca de 4 km de distância, partindo do princípio que tal acesso se poderia continuar a fazer sem riscos, não bastaria, por si só, para prover a todas as necessidades. O modelo explicativo que permite explicar a realidade arqueológica posta a descoberto em Leceia, foi delineado por Silva (1993) e recentemente reanalisado por Alarcão (1993-94; 1999, p. 216). O resultado final poderá não ter sido, porém, o decréscimo populacional visto como um todo: perante tal situação adversa, a cisão da numerosa comunidade teria sido a resposta encontrada para a sua própria sobrevivência: ela encontra-se sugerida pela nítida redução dos habitantes que permaneceram em Leceia, bem evidenciada pela retracção da área ocupada intramuros, na qual as estruturas defensivas do Calcolítico Inicial, se tornaram inúteis, compensada pela que, de forma crescente, doravante ocuparia os campos da Baixa Estremadura. Tal processo, verificado após 2600 anos a. C., prolongou-se até ao abandono total do povoado, ainda antes do fim do milénio, então ocupado por populações portadoras de cerâmicas campaniformes.

A plena afirmação do “fenómeno” campaniforme, centrado na Estremadura em meados do III milénio a. C. (Cardoso e Soares, 1990-92), é tradicionalmente conotada com a ruptura do sistema económico-social baseado em grandes povoados fortificados, acompanhada da proliferação de pequenos sítios de encosta.

Tal reorganização demográfica, cuja origem se situa em profundas transformações económico-sociais como as referidas, embora tenha coincidido no tempo com a eclosão do “fenómeno” campaniforme na Estremadura é dele independente. No estado actual dos nossos conhecimentos, afigura-se que a reorganização da sociedade calcolítica se exprimiu na Estremadura dos meados do III milénio a. C., por uma melhor flexibilização das modalidades de exploração de territórios: as comunidades abandonaram progressivamente os diversos sítios fortificados, onde antes se concentravam, embora nalguns a sua presença se tenha prolongado pela Idade do Bronze (Zambujal, Vila Nova de S. Pedro). Conhecem-se diversas granjas ou aldeias de base familiar, sucedâneas do grande povoado fortificado de Leceia e nas suas proximidades, como o Monte do Castelo, (Cardoso, Norton e Carreira, 1996), o Casal de Barrinhos (Carreira, Cardoso e Lopes, 1996), o povoado de Carnaxide (Cardoso, 1996b), ou na região a norte da serra de Sintra (Carreira e Lopes, 1994; Cardoso e Carreira, 1996). Com efeito, a manutenção de práticas agrícolas, de carácter cerealífero, por parte dos grupos portadores de cerâmicas campaniformes, comprovadas por elementos de foice de sílex sobre lâmina, de bordo serrilhado, mostram que a ocupação e exploração dos solos não foi interrompida, assumindo, ao contrário, carácter mais intensivo e estável.

Assim sendo, o retorno, no final do Calcolítico, a formas de povoamento vigentes até ao Neolítico Final viabilizou, tão somente, a plena libertação das

capacidades produtivas e, deste modo, o próprio sucesso das comunidades humanas aqui instaladas. Longe de constituir um retrocesso dramático, verifica-se, ao invés, o acréscimo do abastecimento de matérias-primas exógenas (sobretudo o cobre) cuja importância, no decurso de todo o campaniforme, é flagrante, reforçando a tendência para o aumento do abastecimento de matérias-primas exógenas, observada ao longo de todo o Calcolítico em Leceia.

As redes de circulação transregionais anteriormente estabelecidas, foram, mesmo, reforçadas, acentuando-se a presença de produtos de grande difusão e estandardização, de fabrico ou inspiração supra-regional, como são os artefactos que integram o chamado “pacote” campaniforme (vasos “marítimos”, pontas de Palmela, adagas, braçais de arqueiro, botões em forma de “tartaruga” ou com perfuração em “V”, entre outros).

Por outro lado, os artefactos ditos de “prestígio”, alguns de ouro, cuja presença na Estremadura é, pela primeira vez, evidente (brincos com decoração a repuxado como os recolhido na gruta artificial de Ermegeira, Torres Vedras; anéis em espiral, contas bicónicas, diademas e aplicações diversas em folha de ouro), sugerem a manutenção de “elites” regionais: a desarticulação do padrão de povoamento dominante não teria sido acompanhada pelo retorno ao modelo social neolítico, ainda que, em muitos casos, tenham sido os mesmos lugares de novo ocupados, depois de um hiato de mil anos.

A evidente mobilidade no território, característica das comunidades campaniformes, não significa forçosamente indício de igualitarismo: a diferenciação social esboçada desde o Calcolítico Inicial, atinge a plenitude, na Estremadura, na Idade do Bronze. Assim sendo, o fim do Calcolítico, representado pela plena afirmação das cerâmicas campaniformes, cujo epílogo se situará na região antes do fim do III milénio a. C., corresponde à transição paulatina para uma nova estrutura social, baseada na figura do chefe e dos seus próximos, a quem competiria a defesa e administração de territórios bem definidos, numa conjuntura diferente da competição generalizada ou de “guerra endémica”, que caracterizou parcialmente o Calcolítico.

Neste contexto se inscreve a bem conhecida panóplia bélica campaniforme pertencente ao emergente segmento guerreiro de uma sociedade que também era de comerciantes, artesãos, pastores e agricultores. Assim, a re-emergência da fauna selvagem que se observa nos níveis campaniformes dos dois povoados alvo de estudos arqueozoológicos – Monte da Tumba, no concelho de Alcácer do Sal (Antunes, 1987) e Porto Torrão, no de Ferreira do Alentejo (Rowley-Conwy, *in* Arnaud, 1993) – poderá ser interpretada como consequência do aumento das actividades cinegéticas do segmento dominante: a caça desempenharia assim um meio de afirmação do estatuto social de quem a praticava, ao mesmo tempo que serviria como exercício para as actividades bélicas. Outra hipótese também credível, seria a de considerar a fauna cinegética, dominante em ambos os locais, como simples recurso alimentar de populações tornadas pouco sedentarizadas, hipótese que, aliás, não é incompatível com a primeira, no estado actual dos nossos conhecimentos. Porém, não seria essa a realidade demográfica dominante na Estremadura: os dois sítios onde se efectuaram observações arqueozoológicas, ainda que muito limitadas – Malhadas (Palmela) (Soares e Silva, 1974-77) e Monte do Castelo (Oeiras) (Cardoso, Norton e Carreira, 1996), mostra que em pequenos povoados ou granjas da referida região era frequente, no decurso do campaniforme, o pastoreio de grandes bovídeos,

incompatível com populações pouco sedentarizadas, conclusão que é corroborada pela existência, em tais locais, de uma cerealicultura especializada.

Em resumo: o abandono quase generalizado dos povoados fortificados calcolíticos da Baixa Estremadura, em meados do III milénio a. C. terá sido consequência, essencialmente, da adopção de sistema de desenvolvimento económico-social viria redundar no seu próprio fracasso: por isso, as comunidades, ao se auto-fragmentarem, num processo essencialmente endógeno, e independente da emergência das cerâmicas campaniformes na região (processo que decorreu em paralelo, já que foi recentemente situado ainda na primeira metade do III milénio a. C. em Leceia, cf. Cardoso e Soares, 1990-92), asseguraram a sua própria mudança, sempre no sentido do aumento da complexificação social e não da decadência e empobrecimento, como ingenuamente poderíamos ser levados a admitir, face à realidade dominante, de numerosas pequenas granjas ou povoados abertos, pontuando a paisagem.

Trata-se, afinal, de exemplo, velho de mais de 4000 anos, resultante da adopção de um modelo de desenvolvimento que hoje diríamos “não sustentado”. Nesta medida, constitui motivo para sobre ele meditarmos. É que o modo como pensamos e repensamos o nosso relacionamento com o ambiente, traçando em cada momento os contornos dessa difícil mas vital convivência é, na sua essência, afinal, uma questão cultural.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1993-94, 1999) – Ainda sobre a conciliação das Arqueologias. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4. 11-12, p. 211-221.
- ANTUNES, M. T. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. IV - Mamíferos: nota preliminar. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 103-144.
- ANTUNES, M. T. e CARDOSO, J. L. (1996) – Ictiofauna do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 187-192.
- ARNAUD, J. M. (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão, Ferreira do Alentejo: síntese das investigações realizadas. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 41-60.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia. Resultados das escavações realizadas. 1983 - 1988*. Oeiras: Câmara Municipal. 146 p.
- CARDOSO, J. L. (1994) – Leceia 1983 - 1993. Escavações do povoado pré-histórico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Número especial, 164 p.
- CARDOSO, J. L. (1996a) – Pesos de pesca do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 107-119.
- CARDOSO, J. L. (1996b) – Materiais arqueológicos inéditos do povoado pré-histórico de Carnaxide, Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 27-45.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 128 p.
- CARDOSO, J. L. e CARVALHOSA, A. de B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 123-151.

- CARDOSO, J. L. e COSTA, J. B. (1992) – Estação pré-histórica de Barotas, Oeiras. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 229-245.
- CARDOSO, J. L. e FERNANDES, J. M. B. (1995) – Estudo arqueometalúrgico de um lingote de cobre de Leceia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 153-164.
- CARDOSO, J. L. e GUERRA, M. F. (1997/1998) – Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras e seu significado no quadro da intensificação económica calcolítica da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7/8, p. 61-87.
- CARDOSO, J. L. e NORTON, J. (1998) – A oficina de talhe do sílex do Monte do Castelo, Leceia, Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7/8, p. 35-45.
- CARDOSO, J. L. e SOARES, A. M. M. (1990-92) – Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4. 8-10, p. 203-228.
- CARDOSO, J. L. e SOARES, A. M. M. (1996) – Chronologie absolue pour le Néolithique et le Chalcolithique de l'Estremadura Portugaise. *Revue d'Archéométrie*. Rennes. Supplément, p. 45-50.
- CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. S. e AGUIAR, D. de (1991) – O Homem pré-histórico no concelho de Oeiras. *Estudos de Antropologia Física*. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 2, p. 1-85.
- CARDOSO, J. L.; NORTON, J. e CARREIRA, J. R. (1996) – A ocupação calcolítica do Monte do Castelo, Leceia, Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 287-299.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. e SILVA, C. T. da (1996) – A ocupação neolítica de Leceia, Oeiras. Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 47-89.
- CARREIRA, J. R. e LOPES, F. P. (1994) – A ocupação pré-histórica de Casas Velhas, Mafra. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, 1994. Lisboa. Vol. 2, p. 137-146.
- CARREIRA, J. R.; CARDOSO, J. L. e LOPES, F. P. (1996) – A estação pré-histórica do Casal de Barronhos, Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 301-316.
- DRIESCH, A. v. d. e BOESSNECK, J. (1976) – Castro do Zambujal. Die Fauna. *Studien über Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel*. München. 1, p. 43-95.
- GONÇALVES, V. dos S. (1991) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. Vol. 1, 566 p.
- GOURICHON, L. e CARDOSO, J. L. (1995) – L'avifaune de l'habitat fortifié chalcolithique de Leceia, Oeiras, Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 165-186.
- LILLIOS, K. T. (1997) – Amphibolite Tools of the Portuguese Copper Age (3000-2000 BC): a geoarchaeological approach to prehistoric economics and symbolism. *Geoarchaeology*. New York. 12: 2, p. 137-163.
- PAÇO, A. do e ARTHUR, M. L. C. (1953) – Castro de Vila Nova de San Pedro. IV – Sementes pré-históricas de linho. *Arquivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 4, p. 151-157.
- SILVA, C. T. da (1993) – Calcolítico. In *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 197-233.
- SOARES, A. M. M. e CARDOSO, J. L. (1995) – Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 263-276.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. da (1974-77) – O grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 7-9, p. 102-112.